

**CONFIGURAÇÕES (ANTI)PATRIARCAIS NO NATURALISMO
BRASILEIRO: QUESTÕES SOBRE SEXUALIDADE, CASAMENTO E
DIVÓRCIO EM *LIVRO DE UMA SOGRA*, DE ALUÍSIO AZEVEDO**

Marina Pozes Pereira Santos(UERJ)¹

Resumo: Neste artigo, pretende-se analisar as configurações narrativas antipatriarcais presentes no romance *Livro de uma sogra*, de Aluísio Azevedo (1857-1913). Para isto, considera-se a hipótese de que o romance abraçou as causas antipatriarcais em pauta no contexto político-social do período, como autonomia feminina, liberdade sexual e divórcio. Causas que colocavam em crise a autoridade patriarcal, para quem a mulher figurava como submissa e inferior ao homem, sob a óptica da moral cristã que via a atividade sexual como meio para procriação. Contrapondo-se a esta visão, entendem-se como configurações antipatriarcais as ações e as atitudes das protagonistas no romance opostas às convenções da sociedade patriarcal.

Palavras-chave: Naturalismo; Sexualidade; Divórcio; Autonomia feminina.

No presente artigo, pretende-se analisar as configurações narrativas antipatriarcais presentes no romance *Livro de uma sogra*, de Aluísio Azevedo (1857-1913). Para isto, considera-se a hipótese de que o romance abraçou as causas antipatriarcais em pauta no contexto político-social do período, caracterizado pela transição da Monarquia para a República, como autonomia feminina, liberdade sexual e divórcio. Causas que colocavam em crise a autoridade patriarcal, para quem a mulher figurava como submissa e inferior ao homem, educada para o casamento e para a maternidade, sob a óptica da moral cristã que via a atividade sexual apenas como meio para a procriação. Contrapondo-se a esta visão patriarcal, apoiada pelos princípios morais da época e compartilhada pela historiografia tradicional, entendem-se como configurações antipatriarcais as ações e as atitudes das personagens femininas que se opuseram às convenções da sociedade patriarcal, como a submissão aos pais e aos maridos e a realização plena da maternidade.

Contudo, estas ações e atitudes foram recebidas de formas contraditórias na imprensa da época, dividindo opiniões entre grupos diversos que tanto apoiavam os impulsos de autonomia das protagonistas do romance como se opuseram a essas configurações, vendo nelas perigos e ameaças aos bons costumes do período, conforme veremos na recepção da obra de Aluísio.

No ano de 1895, Aluísio Azevedo publicou no Rio de Janeiro o seu último romance *Livro de uma sogra*, uma obra que escandalizou a imprensa e a sociedade com a audácia

¹ Graduada em Letras (UERJ), Mestre em Teoria Literária e Literatura Brasileira (UFF) e Doutoranda em Literatura Comparada (UERJ). Contato: mar_pozes@yahoo.com.br.

de suas propostas sobre o problema do amor no casamento, rendendo-lhe críticas e acusações de imoralidades. Nele, d. Olímpia, a sogra do romance, após longos anos de fastio conjugal, que resultaram na dissolução de seu próprio casamento, concebe uma inusitada filosofia acerca do matrimônio e a registra sob a forma de um manuscrito.

Para tanto, ela desenvolve uma teoria a respeito da vitalidade do desejo sexual, de modo a preservar a sexualidade dentro do casamento, eixo que conduz a uma análise implacável do matrimônio monogâmico e indissolúvel. Ao tomar esta atitude, a personagem se opõe aos discursos médicos e religiosos do período que, segundo Mary Del Priore (2016), restringia o prazer sexual às cortesãs, mulheres perdidas, responsáveis pelo sexo criativo e prazeroso, oposto àquele comedido que se fazia em casa, votado à procriação (DEL PRIORE, 2016). Assim, nas palavras da pesquisadora, “prazer e casamento não podiam conviver nesse universo de convenções e repressões que se chamava a “boa sociedade” (DEL PRIORE, 2016, p.276).

Neste contexto, a vida sexual da mulher representava um verdadeiro sacrifício, já que o homem pouco se importava com o prazer sexual feminino. O prazer e o casamento eram guiados pela tradição religiosa e pelos discursos médicos que acentuavam a divisão de papéis masculinos e femininos: o marido tinha necessidades sexuais, e a mulher se submetia ao papel de reprodutora (DEL PRIORE, 2016). O romance em nenhum momento nega o instinto maternal à mulher. No entanto, por outro lado, ele defende o prazer sexual feminino no casamento, valorizado desde à sua iniciação na lua de mel.

Com o fim de preservar a monogamia e manter “acesa a chama da paixão”, sem se descuidar das leis da moral e da sociedade, Olímpia pôs em ação o seu plano de recriar o dia a dia do casamento, cuja teoria se fundamentava na extinção da convivência contínua e da ideia de posse definitiva. Para a sogra, o entusiasmo sexual não resiste à convivência constante, a ideia de posse diminui ou acaba com o desejo e as separações temporárias ajudam a reavivar a relação. Assim, ela sustenta que o amor carnal só sobrevive à falta física do parceiro, se dispondo a perturbar a frequência dos encontros íntimos de Palmira e Leandro, desde o namoro, a lua de mel até a vida de casados.

Seu manuscrito coloca em questão temas referentes à autonomia feminina, como o direito à escolha do marido, o prazer sexual e a felicidade conjugal, além da possibilidade de divórcio quando a relação já não satisfizesse as suas necessidades. Não obstante, essas propostas dividiram opiniões na imprensa da época entre os críticos e os homens de letras

que apoiavam a audácia de suas propostas e os que as rejeitavam de forma veemente. Opiniões encontradas em diferentes periódicos e que demonstram os diversos modos de apropriações do romance no seu primeiro momento de circulação.

Por meio dos pressupostos teóricos da história do livro e da leitura do historiador francês Roger Chartier (1990), pretendemos analisar os diferentes discursos sobre a obra de Aluísio que constituíram as práticas culturais dos homens de letras e do público na imprensa fluminense. Através da reconstituição das experiências literárias registradas em diversos artigos, notas e resenhas de fontes primárias, almejamos entender as convenções que delimitaram os processos de apropriação e de disseminação de sua leitura, visto que, conforme a história do livro e da leitura, os textos literários não existem sem o regime de interdependência das relações sociais (CHARTIER, 1990). Portanto, seguiremos as noções de apropriação do historiador francês, entendendo que a identificação e a diferenciação entre as leituras do público e da crítica literária apontam que as recepções não são universais e que devem ser consideradas as especificidades dos diferentes leitores.

Destarte, identificaremos as antigas leituras da obra de Azevedo a partir dos seus esparsos vestígios nos periódicos cariocas *O Paiz*, *Gazeta de Notícias*, *A Cigarra* e *A Notícia* publicados na década de 1890, reportando-os à pluralidade das competências, das expectativas e das disposições dos seus leitores e considerando que “as práticas contrastantes devem ser entendidas como concorrências, [...] e que os empregos diversos dos mesmos bens culturais se enraízam nas disposições do *habitus* de cada grupo” (CHARTIER, 1990, p.137).

A partir disso, este texto se propõe a fazer uma investigação das diferentes leituras, por vezes contraditórias, do *Livro de uma sogra* no seu primeiro momento de circulação. Em outras palavras, uma “cartografia” dos seus modos de apropriação, destacando as formas diversas pelas quais a obra foi entendida, apreciada e utilizada na sua primeira década de publicação. Dessa maneira, identificamos dois modos de leitura do romance: os opositores às propostas de Olímpia e os apoiadores das suas ideais.

Abordaremos os modos de leitura conjuntamente, seguindo a ordem cronológica das fontes encontradas e adotando por princípios os temas debatidos em ambos os grupos: as considerações a respeito das propostas conjugais defendidas na obra e os comentários sobre a sua personagem paradigmática, a sogra dona Olímpia. São notas, críticas,

palestras e resenhas literárias que ora destacaram as validades da temática polêmica da obra ora criticaram negativamente as proposições do romance.

As discussões começaram com a resenha de Olavo Bilac (1865-1918) sobre a paradigmática sogra do romance, com o pseudônimo Fantasio, na revista *A Cigarra*, quando o literato fez uma propaganda da obra então em vias de publicação. Por meio de uma paródia aos versículos 13 e 16 do *Gênesis*, ele retomou à origem do ódio às sogras, cuja má fama era originada de Eva, a primeira mulher, devido à ingestão do fruto proibido.

Contudo, o castigo das sogras não seria eterno, pois, Alúcio, o seu redentor, as salvaria de tal condenação. Ele teve o seu destino predestinado por quatro fadas. A primeira profetizou-lhe a beleza, a segunda lhe ofertou o talento com as artes plásticas, enquanto a terceira prometeu a habilidade com a palavra escrita. Por fim, a última fada, a própria Eva, a primeira sogra, brindou-lhe com a tarefa de, como escritor, redimir as sogras caluniadas com “um livro singular e piedoso, que será posto à venda na heroica e leal cidade de S. Sebastião, na terceira semana do mês nono do ano de mil oitocentos e noventa e cinco!” (BILAC, 1895, p.3). Em consequência disso, Eva, a causadora da má fama das sogras, se redimiria de sua própria culpa. E o autor, clamado como o redentor das sogras, ao final da nota, as libertaria do seu estigma perverso.

Já para os críticos José Veríssimo (1857-1916), Machado de Assis (1839-1908) e Garcia Redondo (1854-1916), integrantes do grupo contrário às propostas do romance, a sogra do escritor maranhense não seria tão boa assim. Veríssimo destacou, no artigo *A questão do casamento*, pela *Revista Brasileira*, as estratégias irrealizáveis da sua proposta. Para ele, o problema do amor no casamento não é resolvido, visto que, nos moldes da sogra, “o casamento seria uma instituição reservada aos ricos que pudessem viajar para a Europa ou aos Estados Unidos, como Leandro, e assim manterem-se eventualmente distantes de seus cônjuges” (Veríssimo, 1895, p.121). Ironicamente ainda supôs que, na falta de uma sogra rica, caberia à sociedade criar repartições competentes para separar os casais momentaneamente em nome do amor e da felicidade dos pares. Portanto, uma clara demonstração de repulsa à viabilidade da proposta de Olímpia.

Valentim Magalhães (1859-1903) e Arthur Azevedo (1855-1908), críticos a favor da obra, publicaram nos dias seguintes duas críticas favoráveis à temática do romance, uma no jornal *A Notícia* e a outra n’ *O Paiz*. Na primeira crítica, Valentim Magalhães

destacou que Aluísio se propusera a fazer uma análise do amor no casamento, cujos males e vicissitudes estariam no fato de que:

o amor pouco tempo sobrevive à posse no estado matrimonial, porque este, facilitando-o completamente, traz a saciedade, e estabelecendo uma comunhão absoluta de hábitos, gostos, necessidades, fraquezas, defeitos, pela convivência quotidiana, tira completamente ao amor a idealidade e o encanto que lhe são essenciais. (MAGALHÃES, 1895, p.1)

A partir disso, o escritor escreveu o romance com o objetivo de impedir que “as galés do matrimônio, como diz Balzac, matem o amor” (MAGALHÃES, 1895, p.1). Para isso, ele põe em cena a paradigmática sogra, cuja estratégia matrimonial “consistia em impedir a coabitação completa da filha e do genro, sobretudo em certas épocas e durante os períodos gestatórios, para conservar entre eles o conjunto de encantos e ilusões que constituem o amor” ((MAGALHÃES, 1895, p.1).

Valentim compartilhava dos mesmos ideais de Olímpia ao justificar o seu plano de separações momentâneas dos cônjuges. Uma medida que visava a evitar o desgaste do amor no casamento, uma vez que a posse, a saciedade e a convivência cotidiana tiravam-lhe por completo a idealidade e o encanto essenciais. Em seguida, o crítico também falou sobre a impraticabilidade dos seus planos conjugais, como ressaltou Veríssimo na sua crítica, o que, contudo, para ele, não tirava a validade das suas ideias, visto que o escritor resolveu o problema do amor no casamento de uma forma muito especial e singular.

Na linha de validade das questões do problema do amor no casamento levadas pelo romance, Valentim convidou Aluísio para um encontro particular, onde eles pudessem discutir livremente sobre a obra. Um romance inconveniente e impróprio para a discussão em público devido às convenções e aos preconceitos da sociedade da época. Assim, demonstrou-se a sua validade por tratar de um tema contrário às convenções e aos preconceitos vigentes, o que justificava a hipocrisia daqueles que o condenavam. Por último, assegurou-se na mesma nota que a obra, a qual poderia se intitular “O paradoxo sobre o casamento”, “amassou” as contradições do matrimônio com muitas verdades, as quais tornavam o romance inconveniente e impróprio para a discussão em público.

Já na segunda crítica d’ *O Paiz*, Arthur Azevedo garantia que a obra, provavelmente inspirada na figura da sua mãe Emília Amália, constituíra-se “um libello terrível contra os nossos costumes conjugaes” (AZEVEDO, 1895, p.1). Acreditamos que tal julgamento

contrário às convenções matrimoniais do período foi impulsionado por duas motivações. A primeira diz respeito à figura da própria Emília Amália Pinto de Magalhães (1791-1851), inspiração da personagem Olímpia e mãe dos dois escritores maranhenses.

Segundo o biógrafo Raimundo de Menezes (1958), Emília Amália casou-se em terras maranhense com o português Antônio Joaquim Branco. O casamento atendeu aos anseios de seu pai, que, nos moldes da sociedade da época, buscou para a filha um marido que acatasse os seus anseios econômicos, visto que “o noivo fôra escolhido pelo pai da bela menina-e-moça, sem consulta-la, inteiramente à revelia dela, apenas visando atender aos interesses financeiros das duas famílias” (MENEZES, 1958, p.40).

Não por coincidência, percebem-se na história de Emília Amália vários princípios do casamento contra os quais Olímpia se opõe no romance. Oposta a essas convenções, ela realiza diversos bailes na sua residência para que Palmira escolha o seu futuro marido, guiada pelos sentimentos do coração e não por interesses comerciais. Após a sua escolha, também possibilita vários encontros amorosos à filha e ao genro, a fim de que crescesse a intimidade entre o casal e que a consumação do casamento fosse algo esperado e desejado por ambos. Atitudes, portanto, que desestabilizavam as bases patriarcais do casamento.

Tal aproximação do casal estava de acordo com os princípios de que, em honra da moral e do respeito à natureza, a consumação do amor viesse não *ex abrupto*, mas como o resultado final de uma deliciosa e progressiva cadeia de ternuras, posto que “é preciso que esse momento supremo chegue naturalmente, chamado por todo o corpo, reclamado por todos os sentidos, e não decretado friamente por uma lei sacramental” (AZEVEDO, 2001, p.136). Neste sentido, Olímpia almejava que Palmira iniciasse a vida sexual no casamento guiada pelos seus próprios desejos, impulsos e vontades. Clara demonstração, oposta às regras e convenções vigentes, de que a mulher, assim como era permitido ao homem, também tinha desejos sexuais, independentemente da sua classe social.

Quanto à Emília Amália, a sua infelicidade conjugal estava com os dias contados. Após descobrir a traição do marido com uma de suas escravas, ela fugiu de casa e, mais tarde, venho a se amasiar com o vice-cônsul português David Gonçalves de Azevedo, viúvo de um infeliz consórcio. Apesar da felicidade do novo casal e da promissora prole, dentre os quais contavam os dois irmãos maranhenses, a união extraconjugal não era bem vista pela sociedade maranhense. A população de São Luís não aceitava que o vice-cônsul

passasse a viver ostensivamente amasiado com uma mulher casada, sob cujo lar “moram o pecado e a vergonha, e sôbre o qual deve cair a maldição” (MENEZES, 1957, p.50).

Deste modo, como asseverou o editor Alexandre Valadares (2001), na reedição do romance, pela Casa da Palavra, em 2001, Arthur Azevedo, ao comparar a personagem Olímpia com Emília Amália, permitiu especular que o malfadado casamento da mãe influenciara as ideias defendidas no romance:

Na medida em que o próprio Arthur Azevedo aponta semelhanças entre a personagem Dona Olímpia e Dona Emília, não seria absurdo especular que o malfadado casamento da mãe com o bruto Joaquim Branco influenciara as ideias que Aluísio condensou no *Livro de uma sogra*. Ademais, a mãe de Aluísio afinal alcançou a felicidade amorosa em um enlace extraconjugal longo e próspero, o que decerto comprovava a noção de o casamento não se vincular à ideia dum ditoso convívio entre homem e mulher. (VALADARES, 2001, p.255)

Assim como Emília Amália, a Olímpia do romance contraíra um novo relacionamento extraconjugal após as desilusões e os desencantos do primeiro casamento. Entretanto, a despeito da felicidade do novo enlace matrimonial, ela também encontrou resistências por parte da filha, do genro e da sociedade para a aceitação do seu novo matrimônio.

A segunda motivação, em partes derivada da primeira, engloba as lutas pela legalização do divórcio no final do século. De fato, a história de Emília Amália também teria sido influenciada pelos embates para a aprovação da nova lei, visto que a ausência do divórcio fazia com que ela se mantivesse presa em matrimônio com o primeiro marido, mesmo já amasiada com David Gonçalves. A partir disso, consideramos que o livro estava ligado aos debates a favor do divórcio no período. Aluísio e seu grupo apoiavam a ideia (que fracassou) e o *Livro de uma sogra* pode ser lido como um livro de combate. Por conta disso, propõe-se uma leitura do romance identificado com a imprensa periódica e interessado pelo cotidiano e pelas questões preeminentes do momento, como o divórcio, o sexo e os seus “desvios”. Isso numa ocasião em que se propagava na imprensa oitocentista uma discussão sobre o divórcio e a emancipação feminina na sociedade.

Dando continuidade aos dados das fontes primárias, Machado de Assis, crítico contrário à obra, na *Gazeta de Notícias*, reafirmou a visão negativa da obra, proposta por José Veríssimo, ao apontar os riscos dos planos conjugais de Olímpia. Para ele, as suas propostas traziam em si os riscos de um adultério extracontinental, dado que a sogra

“querendo evitar que a filha perdesse o marido pelo costume do matrimônio, arrisca-se a fazer-lh’o perder pela intervenção de um amor novo e transatlântico” (ASSIS, 1895, p.1).

Posição também compartilhada com o crítico Garcia Redondo na resenha que, mais adiante, publica n’ *O Paiz*. Ele também discordava da obra, cujas teorias falsas e enganadoras arrastavam e seduziam o leitor. Reconhecia a sogra infeliz e ciosa da felicidade da filha como um tipo original e extraordinário, embora fosse um dos piores. Apontada como uma personagem imprevidente, feroz e imprudente, até mesmo comparada como o Cérbero, ser mitológico que guardava as entradas do inferno.

Ao recorrer a esta personagem paradigmática, na sua visão, “Aluizio pretende dar solução do problema da eterna felicidade dos cônjuges por meio de uma série de combinações estratégicas irrealizáveis e cheias de perigo na prática” (REDONDO, 1895, p.2). Tal solução tencionava poupar Palmira dos desgostos inevitáveis do casamento por meio de um plano que “consiste em ter a filha separada do marido, que faz longas viagens todas vezes que a mulher concebe e isto para aguçar nos dois o desejo de se ajuntarem, dando-lhes a ilusão de um eterno noivado” (REDONDO, 1895, p.2). Ao seu ver, a falsidade da solução e a instabilidade do plano foram apontadas com grande precisão por Machado de Assis na crônica da *Gazeta de Notícias*, citada acima.

Nesta crônica, Machado advertia sobre o risco de Palmira perde o marido não pelo costume do casamento, mas pela intervenção de um amor novo em além-mares. Já Redondo ressalta os riscos de um duplo adultério, não mais motivado unicamente pelo marido que viajaria desacompanhado para o exterior. A esposa, aqui sozinha, também estaria suscetível aos encantos de um enlace amoroso. Assim, o plano idealizado por Olímpia, comparada com o Cérbero, o monstruoso cão guardião do reino dos mortos, conhecido como o cão de Hades, tem tudo para dar errado.

Posteriormente, ainda na mesma resenha, Garcia Redondo apontou os perigos da leitura do *Livro de uma sogra* para a imaginação de uma adolescente: “Eu não darei a ler este livro a minha filha, porque vejo nelle perigos para a imaginação de um adolescente, e ainda mais para a de uma adolescente” (REDONDO, 1895, p.2). Logo, uma censura à leitura do romance pelas mulheres, sugerindo que o livro foi visto como uma obra imoral no seu período de publicação.

Em seguida, no final de outubro, *O Paiz* divulgou uma nota policial sobre o espancamento de uma sogra pelo genro, redimindo novamente a obra e a sua personagem

paradigmática. A nota reafirmava o sentido da obra como redentora das sogras, conforme Olavo Bilac propusera na propaganda do romance supracitada. Assim, ela indicava que Aluísio teria, de fato, redimido e empoderado as sogras, dado que o genro preso por espancar a sogra não teria cometido tal delito caso tivesse lido o romance.

Uma nota que reforçava o valor da tarefa de Olímpia e confirmava o reconhecimento de Aluísio Azevedo como o redentor das sogras, costumeiramente caluniadas pelos genros. Deste modo, o articulista igualmente se opusera a sua comparação com o Cérbero. Para ele, a sogra não era um ser monstruoso e idealizador de um plano inferno. Tal julgamento condizia com o reconhecimento do papel de Olímpia por Palmira e Leandro no final do romance. Apenas os articulistas contrários às ideias da obra não reconheceram a sua contribuição para a felicidade conjugal do casal por não compartilharem com os mesmos valores, princípios e ideias de Aluísio e do seu grupo de amigos.

Uma nova nota publicada em meados de 1898, n' *O Paiz*, retomava outra vez os julgamentos negativos da obra. Além da inviabilidade dos planos de Olímpia e dos seus riscos de infidelidade conjugal, seja por meio de um adultério duplo ou extracontinental, agora o romance era destacado pela segunda vez como um romance imoral, cuja leitura deveria ser censurada às mulheres. Nela, uma jovem, ao perguntar sobre a leitura da obra ao marido, que exigia somente a leitura de livros morais, obteve a resposta de que só poderia lê-lo com “os olhos fechados”. Em outras palavras, ela não deveria ler. A partir disso, a nota se constitui mais uma evidência de que a obra foi vista como uma leitura imoral e proibida para as moças de boa família.

As interdições de leituras às mulheres eram comuns no período, como ressalta Alessandra El Far (2004) com a categoria “romances para homens”, criada pelos editores do período para venderem obras pornográficas vetadas ao público feminino (EL FAR, 2004). Uma proibição que não se baseava nos códigos da lei e sim nos pressupostos morais vigentes, em função dos possíveis efeitos perniciosos sobre o caráter das senhoras de boa família. Todavia, a rubrica não impedia a sua apropriação pelas mulheres, visto que a interdição nem sempre se mostrava eficaz, “graças ao apurado espírito capitalista dos livreiros e à curiosidade das mulheres, que poderiam se apoderar de tais enredos em qualquer livraria da cidade depois de driblar os olhos vigilantes dos pais e maridos” (EL FAR, 2004, p.184-185).

Ainda de acordo com El Far (2004), tais impedimentos proviam do suposto mau exemplo das protagonistas da ficção que, muitas vezes, em atitudes ou pensamentos, transgrediam as regras e as convenções sociais (EL FAR, 2004). Por isso, as mulheres não deveriam ter acesso a narrativas que pudessem fazê-las sonhar com afetividades e emoções distantes da sua realidade. No caso específico do *Livro de uma sogra*, as moças de família não poderiam ter acesso a uma obra que as fizessem vislumbrar um modelo de casamento diverso do proposto pelas convenções sociais.

Para o leitor atual, pode, por vezes, parecer estranha a aproximação do romance de Aluísio com as obras pornográficas do período, igualmente censuras às mulheres. No entanto, no final dos oitocentos, a própria ideia de divórcio, presente na obra, era tida como pornográfica. Além disso, a mulher que pensasse e agisse de forma contrária às convenções vigentes, como a própria dona Olímpia, eram vistas como prostitutas. Associações que justificam a sua apropriação como leitura imoral e censurada no período.

O embate destas notas demonstra uma luta entre dois grupos distintos em torno de uma disputa de concorrência dos sentidos simbólicos da obra, os quais envolvem de forma polêmica questões sobre casamento, sexualidade e divórcio no período. De um lado, tem-se o grupo a favor, representado críticos que leram o romance como um libelo contra os costumes conjugais da época. Já pelo outro, vê-se o grupo contrário à obra, constituído pelos críticos que condenaram sua leitura como imoral e perigosa.

Não obstante, a historiografia literária tradicional nos demonstra qual grupo saiu vencedor dessa batalha quando consultamos os manuais da crítica literária, notadamente representados por Alfredo Bosi (1972) e Lúcia Miguel Pereira (1988). Em ambos, há citações breves ao romance, as quais o classificam como romance ilegível e livro falso, abrangendo episódios de desvios melodramáticos ou distorções psicológicas grosseiras (BOSI, 1972 & PEREIRA, 1988). Isso dentro de uma abordagem que vê a mulher autônoma, dona do seu corpo e do seu destino, como “histéricas”, “neuróticas” e “proscritas” pela sociedade.

Nossa pesquisa teve por fundamento demonstrar, por meio das fontes primárias consultadas, que o *Livro de uma sogra* foi visto como uma obra que escandalizou as regras e as convenções do final dos oitocentos por tratar de questões controversas em torno dos temas casamento, sexualidade e divórcio naquele tempo. Ele era um romance que contestava as convenções do casamento, dando autonomia para que a sua sogra

paradigmática construísse um modelo de relacionamento conjugal de acordo as suas próprias experiências matrimoniais, voltado para a manutenção do desejo sexual no casamento e aberto às possibilidades de divórcio. Tal posicionamento lhe rendeu críticas de leitura imoral e perigosa, vetada às mulheres, por trazer em si os riscos de uma infidelidade conjugal. Por outro lado, o romance igualmente questionava as hipocrisias e os preconceitos da época, dando voz aos impulsos de autonomia e emancipação da mulher no período e inserindo-se nos debates pela legalização do divórcio.

Referências

ASSIS, Machado de. *A Semana*. Gazeta de Noticias, Rio de Janeiro, p. 1, edição 273, 29 de set. de 1895. Disponível em <http://memoria.bn.br/pdf/103730/per103730_1895_00273.pdf>. Acesso em: 21 set. 2018.

AZEVEDO, Aluísio de. *Livro de uma Sogra*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2001.

AZEVEDO, Arthur. *Palestra*. O Paiz. Rio de Janeiro, p. 1, edição 4010, 24 de set. de 1895. Disponível em <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>. Acesso em: 20 de set. de 2018.

BILAC, Olavo. *A Cigarra: Hebdomadario*. Rio de Janeiro, p. 2-3, edição 20, 19 de set. de 1895. Disponível em: <<http://bndigital.bn.br/acervo-digital/cigarra/740446>>. Acesso em: 21 set. 2018.

BOSI, Alfredo. *História Concisa da Literatura Brasileira*. São Paulo: 1972.

CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1990.

DEL PRIORE, Mary. *Histórias da gente brasileira: volume 2: Império*. São Paulo, Le Ya 2016.

EL FAR, Alessandra. *Páginas de sensação: Literatura popular e pornográfica no Rio de Janeiro (1870-1924)*. São Paulo: Cia. das Letras, 2004.

MAGALHÃES, Valentim. *Semana Litteraria*. A Notícia. Rio de Janeiro, p. 1, edição 244, 23 de set. de 1895. Disponível em <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>. Acesso em: 20 de set. de 2018.

MENEZES, Raimundo de. *Alúcio Azevedo – uma vida de romance*. São Paulo, Martins Editora, 1958.

O PAIZ. Rio de Janeiro, p. 1, edição 4037, 21 de out. de 1895. Disponível em <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>. Acesso em: 20 de set. de 2018.

O PAIZ. *Echos de toda a parte*. Rio de Janeiro, p. 2, edição 5022, 5 de jul. de 1898. Disponível em <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>. Acesso em: 20 de set. de 2018.

REDONDO, Garcia. O Paiz, Rio de Janeiro, p. 2, edição 4023, 7 de out. de 1895. Disponível em <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>. Acesso em: 20 de set. de 2018.

VALADARES, Arbex. *Livro de uma sogra – uma possível genealogia*. In: AZEVEDO, Alúcio de. *Livro de uma Sogra*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2001.

VERÍSSIMO, José. *A questão do casamento: A propósito do “Livro de uma sogra”*. Revista Brasileira: jornal de ciencias, letras e artes, Rio de Janeiro, p. 109-122, edição 4, tomo IV, outubro a dezembro de 1895. Disponível em <http://memoria.bn.br/pdf/139955/per139955_1895_00004.pdf>. Acesso em: 20 de set. de 2018.

_____. Teoria, crítica e história literária. Rio de Janeiro: LTC, 1977.